

Nota sobre a eleição para a Presidência da Assembleia Legislativa - 2022

A Bancada do NOVO não tem razões para votar a favor da candidatura de Valdeci Oliveira, do PT, à Presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, porque o Deputado Valdeci foi o proponente do absurdo aumento da cota parlamentar em 120%, último ato da Mesa Diretora no ano de 2021. Um ato unilateral, injusto, pouco transparente e desproporcional, que, por denúncia da Bancada do Novo e intensa pressão social, foi integralmente revogado. Valdeci também foi decisivo na rejeição sumária da Mesa à proposta de Revisão do Pacto Federativo, uma medida urgente e necessária para ampliar a autonomia do nosso Estado e garantir mais recursos para áreas essenciais.

Isso já bastaria para que nossa recentíssima memória rejeitasse a candidatura de Valdeci. Mas além disso há o seu partido. O PT atuou contra basicamente todas as reformas estruturantes aprovadas nesta legislatura e foi decisivo na votação que garantiu ao governo mais um ano de aumento de impostos, ainda no fim de 2020. É contumaz o seu empenho em direção ao aumento de gastos, à manutenção de privilégios e à expansão da máquina pública. Em outras palavras: a atuação do PT é diametralmente oposta ao que buscam, diariamente, os parlamentares do NOVO. E não se trata apenas de uma divergência no plano das ideias. As posições do PT interferem (e, como é óbvio, certamente interferirão) na administração da Assembleia Legislativa.

Há muitos anos a escolha do Presidente da Casa é realizada por um acordo entre as maiores bancadas, cujos partidos têm, historicamente, governado nosso Estado. O Regimento Interno da Assembleia exige que, para a formação de eventual chapa adversária, reúnam-se 11 parlamentares, o que impede a construção de candidaturas independentes.

A Bancada do NOVO jamais participou desse acordo. Nas eleições anteriores, optamos pelo diálogo e pela articulação de compromissos, o que nos

rendeu, pelo menos no início da legislatura, vitórias importantes, como a extinção do auxílio-mudança para os deputados. Entretanto, e especialmente no último ano, nossos compromissos não foram honrados: nosso pleito por transparência, por exemplo, foi ignorado; e nossas propostas de melhoria regimental e administrativa, como a própria modernização dos mecanismos de utilização da cota parlamentar e a revisão do instrumento de “preferência” utilizado em Plenário, que reduz a qualidade das deliberações e dificulta o trabalho das bancadas minoritárias e independentes, não foram sequer deliberados.

Por essas razões, e sobretudo em virtude da recente e frustrada tentativa de aumento expressivo dos gastos parlamentares, em um momento de aguda crise econômica e social, não nos parece prudente acreditar que o PT, justamente o PT, assumirá compromissos de transparência, austeridade e vigilância no combate aos privilégios. Por isso, não temos outra saída que não votar contrariamente à candidatura do deputado Valdeci Oliveira à presidência da Casa.